

ARTIGOS

RIOS QUE LAVAM MEMÓRIAS: AS LAVADEIRAS DE VITÓRIA DA CONQUISTA NO PROCESSO DE EXPANSÃO URBANA

Luisa Prazeres Vasconcelos*

Felipe Eduardo Ferreira Marta**

*Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Vitória da Conquista, BA, Brasil

**Universidade Estadual de Santa Cruz, Departamento de Ciências da Saúde, Ilhéus, BA, Brasil

Resumo

Este artigo aborda a memória relacionada ao acesso à água na cidade de Vitória da Conquista, na Bahia, sob a ótica das lavadeiras residentes na comunidade do Conquistinha que dependem das águas do trecho urbano do rio Verruga. Com o avanço da urbanização, elas têm enfrentado dificuldades para permanecer em suas comunidades em razão da escassez de água e da valorização do solo. O texto explora o significado das intervenções realizadas pelo poder público no trecho urbano do rio e o modo como afetaram a relação entre a população ribeirinha e a cidade em crescimento. Utilizando a história oral como método, analisam-se os depoimentos de duas lavadeiras, colhidos no ano de 2020, contrapondo-os a fontes documentais. Os resultados revelam uma mudança na percepção da cidade e dos ecossistemas naturais por parte das entrevistadas, com impactos significativos na vida cotidiana dessa população.

Palavras-chave

Desenvolvimento Urbano; Desigualdades socioespaciais; Direito à cidade; Paisagem natural; Água, Memória urbana; Rios Urbanos.

ARTICLES

RIVERS THAT WASH MEMORIES: THE WASHERWOMEN OF VITÓRIA DA CONQUISTA IN THE URBAN EXPANSION PROCESS

Luisa Prazeres Vasconcelos*

Felipe Eduardo Ferreira Marta**

*Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Vitória da Conquista, BA, Brazil

**Universidade Estadual de Santa Cruz, Departamento de Ciências da Saúde, Ilhéus, BA, Brazil

Abstract

This article explores the relationship between access to water and memory in the city of Vitória da Conquista, in the state of Bahia, from the perspective of washerwomen who reside in the Conquistinha community and rely on the waters of an urban section along the Verruga River. The advancement of urbanization has made it increasingly difficult for these women to remain in their community due to water scarcity and land valorization. This study examines how public interventions in the urban area of the river have reshaped the connection between the riverside residents and the growing city. Using the oral history method, it analyzes interviews conducted in 2020 with two washerwomen alongside documentary sources. The findings highlight changes in how these women perceive the city and its natural ecosystems, with significant impacts on their daily lives.

Keywords

Urban Development; Socio-Spatial Inequalities; Right to the City; Natural Landscape; Water; Urban Memory; Urban Rivers.

RIOS QUE LAVAM MEMÓRIAS: AS LAVADEIRAS DE VITÓRIA DA CONQUISTA NO PROCESSO DE EXPANSÃO URBANA¹

Luisa Prazeres Vasconcelos

Felipe Eduardo Ferreira Marta

Introdução

No Brasil do início do século XX, era bastante comum encontrar a ocupação de “lavadeira” nas comunidades ribeirinhas próximas aos núcleos urbanos. Tal ocupação estava, comumente, associada à população de mulheres negras, em geral ex-escravizadas, que conseguiam, com a prestação do serviço de lavagem de roupas, sustentar a família. O serviço das lavadeiras, um dos mais solicitados pelas altas classes da sociedade, era fundamental para a manutenção do modo de vida das elites urbanas, no entanto era também um dos mais discriminados, desvalorizados e invisibilizados, o que retrata a herança escravagista da sociedade brasileira.

Na cidade de Vitória da Conquista, uma das mais importantes do interior da Bahia, essa profissão ainda sobrevive, mesmo diante das limitações à atividade, decorrentes da grande expansão urbana vivenciada ao longo do último século. Para essas mulheres, a disponibilidade de água limpa nas proximidades do lugar em que residem é fundamental para o desempenho de suas atividades diárias dentro da dinâmica urbana, o que orientou a fixação dessa população próxima aos rios, viabilizando o acesso contínuo à água.

De maneira ampla, as povoações humanas sempre se estabeleceram em locais que possibilitassem fácil acesso à água, entretanto torna-se evidente nos centros urbanos atuais a negligência a esse elemento natural ante o avanço de uma

1. Este artigo é resultado da pesquisa “Lembranças e esquecimento de um rio urbano”, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb) sob parecer nº. 3.771.218 de 13 de dezembro de 2019.

urbanização insustentável. Ao longo da construção da sociedade contemporânea, a percepção humana sobre a natureza passou por transformações significativas. Como destaca Gonçalves (2023, p. 25), “a natureza se define, em nossa sociedade, por aquilo que se opõe à cultura. A cultura é tomada como algo superior e que conseguiu controlar e dominar a natureza”. Nesse sentido, o sentimento de pertencimento à natureza, presente em sociedades atualmente consideradas “primitivas”, foi substituído de maneira gradual pela ideia de natureza como um “objeto a ser possuído e dominado” (*ibid.*, p. 34).

O ápice desse conceito se efetiva durante o desenvolvimento da sociedade de consumo, a partir da Revolução Industrial, quando os elementos naturais do planeta passaram a ser vistos como mercadorias, com o propósito de atender às “necessidades humanas através da exploração industrial da natureza” (Giddens, 1991, p. 16), sem a preocupação sobre sua capacidade de regeneração e de permanência em um novo contexto territorial. Na análise de Giddens, nenhum dos “fundadores clássicos da sociologia”, que viam a era moderna como turbulenta, “chegou a prever que o desenvolvimento das ‘forças de produção’ teria um potencial destrutivo de larga escala em relação ao meio ambiente material” (*ibid.*, p. 13).

Esse comportamento deixou como herança para a sociedade do século XXI a escassez de “recursos” naturais, indispensáveis para a sobrevivência do ser humano, gerando conflitos em relação ao seu uso. Para Rodin (2021, p. 5),

os estudos dos conflitos ambientais, por um lado, objetivam explicitar que a relação sociedade-natureza é informada por relações assimétricas de poder, demonstrando empiricamente que as desigualdades ambientais são um correlato das desigualdades sociais – politizando, assim, o debate ambiental. Por outro lado, eles intentam contribuir para a compreensão da lógica que subjaz os conflitos ambientais e de como neles se posicionam as comunidades e grupos afetados por atividades causadoras de danos socioambientais.

O principal fator que contribui para a escassez de água potável para uma parte da população mundial é a contaminação dos rios e mananciais que no passado abasteciam as povoações, aliada ao desmatamento, ao assoreamento e à impermeabilização do solo que comprometem as nascentes dos cursos d’água. De acordo com o Relatório Mundial das Nações Unidas de 2023 sobre Desenvolvimento dos Recursos Hídricos, “a escassez de água está se tornando endêmica como resultado do impacto local do estresse hídrico físico, associado à crescente disseminação da poluição de água potável” (United Nations, 2023, p. 14, tradução nossa). Para Herzog, “consumimos e poluímos mais água do que a biosfera tem condições de regenerar” (Herzog, 2013, p. 90). A autora explica:

Rios, lagos e oceanos estão sendo poluídos por ações humanas [...] Ao mesmo tempo, estão sendo eliminados os ecossistemas naturais que infiltram, detêm, retêm e filtram as águas, além de protegerem de erosão as margens de corpos d'água para evitar o seu assoreamento e degradação. Com isso, está ocorrendo contaminação generalizada dos recursos hídricos do planeta [...], além da alteração dos ciclos hidrológicos (Herzog, 2013, p. 91).

O recente despertar da humanidade para a preservação do elemento água ante sua crescente escassez traz à tona a relação que foi estabelecida com os cursos d'água durante a expansão e o desenvolvimento das cidades ao longo do século XX. Atualmente, percebe-se o quanto as premissas que eram consideradas inovadoras no planejamento urbano de um século atrás afetaram os processos hidrológicos naturais e, conseqüentemente, a disponibilidade e a qualidade da água.

Com essa perspectiva, estuda-se, neste artigo, a memória sobre o acesso à água pela população de lavadeiras residentes na localidade do Conquistinha, na cidade de Vitória da Conquista, na Bahia, e como a transformação no abastecimento de água ao longo do último século modificou a vida dessa comunidade. A análise da atividade dessas mulheres é entendida como um parâmetro, um indicador da relação da comunidade com o curso d'água, na perspectiva do resgate do rio enquanto elemento essencial para a vida, nos aspectos paisagísticos, de lazer e de abastecimento, em uma relação saudável com a ocupação urbana.

Vitória da Conquista se insere na região do Semiárido nordestino, ocupando um planalto situado no centro-sul do estado da Bahia, localizado, aproximadamente, a 518 km da capital, Salvador, seguindo na direção sudoeste por via rodoviária. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município contava em 2022 com uma população de 370.879 habitantes (IBGE, 2022), sendo caracterizado como uma capital regional que atende a uma população de 2.015.833 habitantes em sua área de influência (*id.*, 2020). Na área urbana central de Vitória da Conquista, encontram-se as principais nascentes do rio Verruga.

A cidade está situada em uma área geográfica com vulnerabilidade hídrica muito alta (Bahia, 2013) e precisou recorrer, nas últimas décadas, a alguns regimes de racionamento de água. No período entre 2015 e 2017 o município viveu sua maior crise hídrica, iniciando em maio de 2016 um severo regime de racionamento na oferta desse recurso, finalizado somente em julho de 2017. Após o restabelecimento do fluxo de abastecimento, estudos apontaram que, “mesmo com a bacia de captação da barragem Água Fria II no ápice do volume útil de água, a situação ainda continua instável, por diversos fatores, como as irregularidades das chuvas, podendo a qualquer momento passar por um novo período de secas” (Conceição, 2018, p. 67).

Vitória da Conquista não dispunha de sistema de abastecimento de água tratada, com rede de distribuição que permitisse ligações domiciliares, até o início da década de 1970; a única fonte de abastecimento da população era proveniente da captação da água superficial e de subsuperfície do leito do rio Verruga. Atualmente, a rede pública de abastecimento na cidade alcança patamares considerados bastante elevados no número de domicílios atendidos pelo sistema. Segundo a Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. (Embasa), que administra o sistema, 97,18% de toda a área do município é atendida pela rede de abastecimento de água e 82,90% pelo sistema de esgotamento sanitário (Embasa, 2024), porém há constantes questionamentos quanto à quantidade, à qualidade e à regularidade do abastecimento nas diferentes áreas da cidade.

De acordo com o Plano Municipal de Saneamento Básico, elaborado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) entre 2019 e 2020, os valores de consumo de água *per capita* registrados no município “são baixos frente à literatura, indicando uma demanda reprimida causada por deficiências no atendimento” (Vitória da Conquista, 2019b, p. 62). Quanto ao esgotamento sanitário, o Relatório do Diagnóstico Integrado e Cenários do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de 2020, elaborado pela Fundação Escola Politécnica da Bahia (FEP), verificou “a ampliação da rede de esgotamento sanitário na sede, sem completa adesão dos usuários ao sistema” (Vitória da Conquista, 2019a, p. 261), o que acarreta insalubridade e compromete a qualidade dos ecossistemas locais.

Ao longo deste artigo, busca-se analisar como o grupo das lavadeiras, residentes às margens do rio Verruga, se relaciona com suas águas. A análise enfoca a presença da água sob o ponto de vista da memória, utilizando a metodologia da História Oral, a partir de depoimentos coletados no ano de 2020 de duas lavadeiras que, na época das entrevistas, residiam na localidade havia 75 anos e puderam vivenciar as grandes transformações ocorridas na região estudada.

A metodologia da História Oral surgiu em meados do século XX como forma de ampliar as possibilidades de interpretação do passado no estudo da História contemporânea (Alberti, 2008, p. 155). Desde então, passou a ser muito utilizada para contar as histórias de populações até então marginalizadas na construção da História tradicional, propiciando “um espaço de contato e influência interdisciplinares; sociais, em escalas e níveis locais e regionais; com ênfase nos fenômenos e eventos que permitam, através da oralidade, oferecer interpretações qualitativas de processos histórico-sociais” (Aceves Lozano, 2006, p. 16).

Para compor o *corpus* desta pesquisa, foram identificadas mulheres com a ocupação de lavadeira e que residissem na localidade do Conquistinha desde data

anterior a 1960. Os depoimentos foram colhidos² com o auxílio de um aparelho telefônico com gravador de voz e um caderno de anotações de campo.

Neste artigo, as lavadeiras entrevistadas receberam os nomes fictícios de Flor e Margarida, objetivando garantir o anonimato e a privacidade delas. Ambas nasceram no ano de 1945 na localidade do Conquistinha, onde ainda residem, e são filhas das primeiras lavadeiras que migraram para a região. Os dados coletados nas entrevistas foram contrapostos a referenciais documentais primários e bibliográficos.

A metodologia da História Oral proporciona o acesso a experiências individuais relacionadas a temáticas coletivas, oferecendo diferentes perspectivas que enriquecem a pesquisa e são fundamentais para estabelecer de que maneira o objeto de estudo está presente na memória da população, identificando as distintas expectativas sobre o assunto pesquisado. Segundo Alberti, “a história oral tem o grande mérito de permitir que os fenômenos subjetivos se tornem inteligíveis – isto é, que se reconheça, neles, um estatuto tão concreto e capaz de incidir sobre a realidade quanto qualquer outro fato” (Alberti, 2004, p. 9).

Sob a perspectiva da memória, é importante considerar na análise das entrevistas que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios” (Halbwachs, 1990, p. 51); trata-se, dessa forma, de um modo de representação social.

Segundo Halbwachs (1990), as recordações humanas operam dentro de “quadros” sociais e, apesar de se realizarem nos indivíduos, elas apresentam um caráter essencialmente coletivo, uma vez que, para que ocorra a rememoração de um acontecimento passado,

É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade (Halbwachs, 1990, p. 34).

Com base no conceito desse autor, busca-se determinar aqui as memórias coletivas que se encontram presentes nas memórias individuais transmitidas por meio das entrevistas coletadas. É importante salientar que a escolha do caminho

2. As entrevistas foram feitas de forma presencial em função da inviabilidade técnica da parte das entrevistadas para a realização de entrevistas remotas. Para que isso fosse possível, foram tomados todos os cuidados necessários, segundo as orientações de saúde vigentes durante a pandemia de SARS-CoV-2.

que o pensamento mnemônico deve percorrer se dá por meio dos ensinamentos dos grupos. O compartilhamento dos espaços pela sociedade traz a referência ao grupo e, com ela, o reconhecimento de sua história.

Nesse contexto teórico, é importante frisar que o espaço é um fator estruturante das experiências sócio-humanas. Pesavento (2008, p. 9) afirma que os habitantes citadinos transformam e produzem a cidade ao longo do tempo ao se relacionarem com o espaço no dia a dia. Nessa relação, segundo essa autora,

[...] cada cidadão escolhe seus pontos de atenção e referência para se situar no tempo e no espaço urbano. *Eu conheço um lugar*, costumamos dizer, implicando com isto que nos referimos a um recanto da cidade especial para nós, que nos toca de maneira particular. Mas também podemos ter sido induzidos, educados e ensinados a identificar lugares de uma cidade, partilhando das mesmas referências de sentido, em um processo de vivência do imaginário urbano coletivo (Pesavento, 2008, p. 4).

Para Ricoeur (2016, p. 27, tradução nossa), “é principalmente na <configuração> da Cidade que se pode ler, através de seu espaço organizado de um modo representativo, a história sedimentada das formas culturais”. Assim, para compreender mais efetivamente a relação da população urbana com a água, faz-se necessário entender os fluxos e contextos experimentados pelas lavadeiras nos diferentes momentos da história da cidade.

1. As formas de acesso à água para as lavadeiras durante os séculos XIX e XX

A cidade, hoje denominada Vitória da Conquista, teve sua emancipação política em 1840 sob o nome de Imperial Vila da Vitória. Alguns anos antes, o arraial contava apenas com “umas quarenta casas baixas e uma igreja em construção” (Wied-Neuwied, 1940, p. 409), segundo o relato de viagem do príncipe Maximiliano Wied-Neuwied, datado de 1817.

As primeiras referências à povoação do arraial da Conquista datam do final do século XVIII (Sousa, 2001, p. 164); sobre ele, o memorialista Mozart Tanajura relata que os habitantes “se abasteciam de água potável no córrego que vinha do Poço Escuro, logo abaixo da Rua Grande, na atual rua Ernesto Dantas. Esta fonte era a mesma onde também se serviam os índios, que viviam nas matas próximas ao arraial” (Tanajura, 1992, p. 169-170). A rua Grande, a que se refere o autor, foi o núcleo inicial do povoamento, e em 1817 o príncipe de Wied a descreveu da seguinte forma:

A situação de Conquista não é desagradável, sobretudo porque, do fundo do vale, cercado de colinas suavemente inclinadas, avistam-se os flancos e os cimos dessas colinas cobertas de matas. Numa das vertentes, sombreada por umbrosas florestas, Conquista forma um retângulo alongado. A igreja construída no lado mais alto, ocupa o meio deste. As matas espessas, que enchem toda a área em volta do retângulo, dão-lhe a aparência de um prado verde claro e tornam muito agradável o aspecto da vila (Wied-Neuwied, 1940, p. 410).

Implantado em uma região com altitude um pouco mais elevada, na base da escarpa sudoeste da Serra do Periperi, o arraial se situava logo após a principal nascente do rio Verruga, denominada Poço Escuro, em localização estratégica para garantir o abastecimento da população, como pode ser visto na Figura 1. A antiga rua Grande se estendia por toda a região que compreende, atualmente, as praças Tancredo Neves e Barão do Rio Branco.

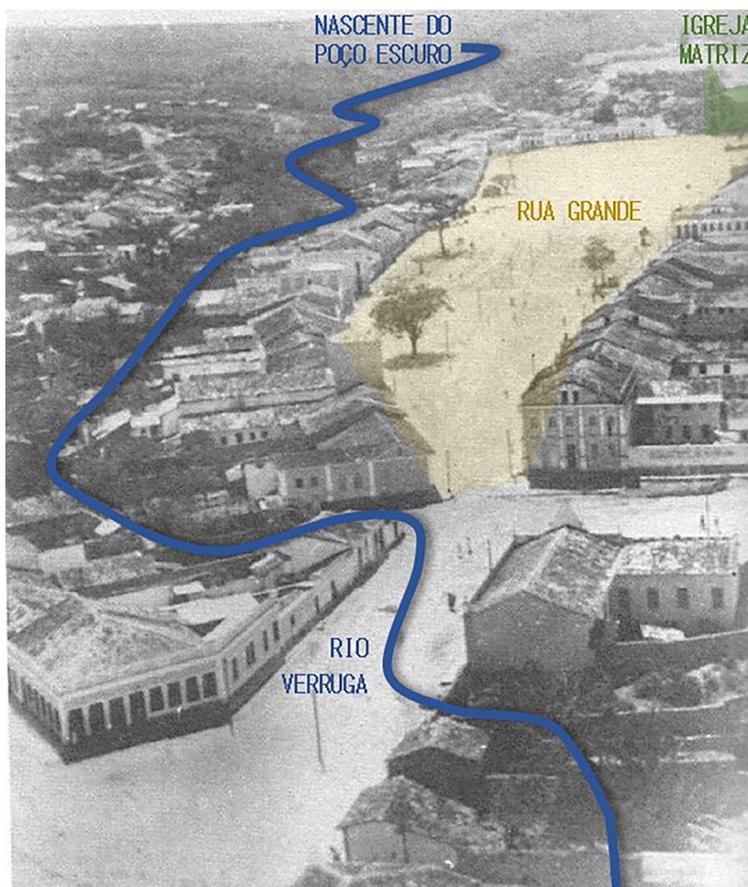


Figura 1. Vista panorâmica de Vitória da Conquista com identificação dos principais elementos constitutivos (1937)

Fonte: Acervo fotográfico do Museu Regional de Vitória da Conquista, com anotações gráficas dos autores.

O historiador Durval Vieira de Aguiar cita, em obra datada de 1888, a descrição feita no mesmo ano por Tranquilino Leovigildo Torres, primeiro presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, para a “Imperial Villa da Victória”, enfatizando que “todos os terrenos são fertilíssimos para toda a espécie de lavoura, que, alimentada por diversos rios e riachos, e acobertadas por grandes e espessas matas, pouco soffrem os rigores das seccas annuaes” (Aguiar, 1888, p. 195). Na revisão da obra de Tranquilino Torres, realizada por ele mesmo em 1895, descreve-se que o “córrego da Vitória, que nasce na Serra do Periperi”, era o mais importante entre os ribeirões e riachos do então município da Vitória, “de cristalina água, permanente, e que abastece a população” (Torres, 1996, p. 31).

A expansão da estrutura urbana da cidade se iniciou apenas nas primeiras décadas do século XX e se deu margeando o leito do rio Verruga, em uma região onde se situam diversas nascentes. Atualmente, a malha urbana se estende sobre uma região de planalto adjacente à serra.

Após cruzar o centro da cidade, o córrego inicial do rio Verruga encontra outros pequenos cursos d’água que o alimentam em uma região que tem como conformação natural a função de uma planície de inundação. Nesse local, o intendente João Diogo de Sá Barreto, que governou o município nos anos de 1906 e 1907 (Menezes, 2010, p. 236), construiu uma barragem, represando as águas do rio e configurando um açude permanente, um grande reservatório de água denominado “Aguão” (Viana, 1982, p. 127). O objetivo do novo açude era servir de reserva de água para o município, que sempre conviveu com longos períodos de estiagem.

A paisagem urbana descrita pelos primeiros historiadores, ligada à existência do rio, mudou radicalmente no último século em Vitória da Conquista em face da expansão urbana e das intervenções realizadas pelo poder público municipal, que consolidaram a infraestrutura seguindo as técnicas da drenagem higienista. O primeiro trecho do leito do rio, onde a trama urbana já estava consolidada, foi retilinizado, canalizado e coberto durante a primeira metade do século XX, e a rede de esgotamento tardia favoreceu a intensificação da poluição do rio até o final da década de 1970. Naquela época, a preocupação ambiental ainda era incipiente no Brasil, inclusive na esfera do poder público, e políticas voltadas à preservação dos rios e à integração da sociedade com esses ambientes eram limitadas. Isso fez com que o rio Verruga, nas décadas seguintes, fosse de fonte de subsistência a ter sua existência negada; a população passou a se referir a ele como um canal de esgotamento, e não como um curso d’água natural.

Em matéria sobre a cidade de Vitória da Conquista, publicada no *Jornal do Brasil*, em 1949, as intervenções públicas que garantiam o abastecimento de água para a população são descritas como apresentado a seguir, tendo como referência dados de 1947:

O serviço de abastecimento d'água oferecia as seguintes características: manancial captado – um, com capacidade total de cinquenta mil litros em 24 horas; extensão das linhas adutoras – 1.400 metros; reservatórios – dois, com a capacidade total de 35 metros cúbicos; extensão total das linhas distribuidoras – novecentos metros; prédios abastecidos – 22; chafarizes públicos – um; torneiras públicas – seis (Vitória da Conquista, 1949).

Nessa época, a terceirização do serviço de lavagem de roupas domésticas se constituía em costume bastante comum, porém o acesso à água, que deveria ser amplamente disponibilizado para todos, foi dificultado para as lavadeiras de Vitória da Conquista.

Até o início do século XX, as lavadeiras da cidade trabalhavam fazendo uso da água que descia das torneiras do reservatório público municipal, construído abaixo da nascente do Poço Escuro, ou abrindo pequenas poças, chamadas de cacimbas, nas margens do rio. Entretanto, a presença dessas trabalhadoras naquele espaço era um incômodo para alguns habitantes. A administração municipal, alegando cumprir medida sanitária, proibiu a lavagem de roupas no local, pois considerou que essa utilização, com a consequente ocupação da área, poluía a água com que se realizava o abastecimento da cidade (Rocha, 2011, p. 144). Essas medidas higienistas também refletiam um fator social, uma vez que se pretendia afastar aquela atividade, geralmente desempenhada por ex-escravizadas, do convívio com a “elite urbana”. Os membros dessa elite vinculavam aquelas “trabalhadoras livres” à prostituição, visto que não estavam destinadas ao casamento e ao lar, e buscavam expulsá-las para regiões periféricas.

A partir de 1930, as lavadeiras de Vitória da Conquista migraram para a região do açude formado pelo barramento das águas na planície de inundação, localizado à época na saída da cidade (Figura 2), o que dificultava os deslocamentos cotidianos dessas mulheres para atender aos moradores das centralidades urbanas. Sobre essa expulsão das lavadeiras, o jornal *Avante* publicou, em 20 de dezembro de 1931, uma matéria criticando a decisão do poder público municipal:

A água do açude é verdadeiramente imprestável, lodosa, toldada por animais que ali fazem bebedouro, além de distante da cidade, meia légua, para os moradores da parte alta. A distância seria o menos, se a podriqueira (*sic*) e imundície da água não obstassem o serviço. E sofrem as coitadinhas!... (*sic*) Uma na Rua dos FONSECAS, conduziu à Caixa d'água, 30 latas d'água para lavar roupa em casa, apurando sabem quanto? Dois mil e quinhentos reis (*Avante*, 1931 *apud* Rocha, 2011, p. 146).

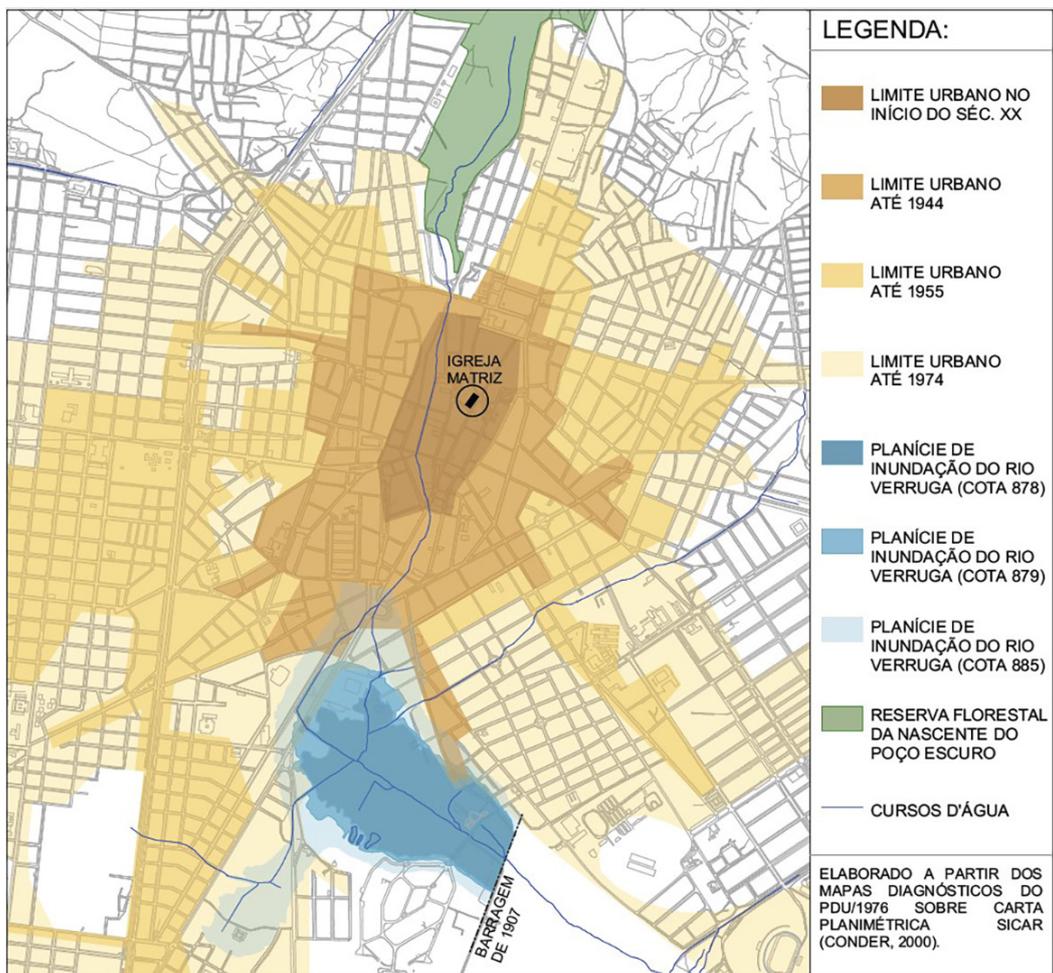


Figura 2. Evolução urbana de Vitória da Conquista durante o século XX

Fonte: Elaborado pela autora com base em documentos históricos sobre base planimétrica disponibilizada pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder, 2000).

Verifica-se que essa transição das lavadeiras para a represa do Aguão não se deu de forma espontânea, contudo muitas delas se firmaram lá e ocuparam a região hoje denominada Conquistinha. Flor, lavadeira e filha de lavadeira, nascida em 1945 no Conquistinha, relata em entrevista a presença do açude em sua infância, além de rememorar sua relação diária com o equipamento, e a utilização da água das cacimbas abertas na margem da represa, que também se constituíam em fonte de abastecimento para a sua residência: “[C]acimba era ali embaixo, a gente ia buscar água lá, água boa!”. Quando questionada sobre a qualidade da água das cacimbas, Flor enfatiza que a água era muito limpa, ao contrário do que foi indicado como crítica na matéria do jornal *Avante*:

A água era um coco, minha fia! A gente bebia água de cacimba! [...] Nós pegava a água, tinha aqueles sapinho, nós coava, coava essa água duas vez pra beber e nós nunca teve nada com essa água. Que nós foi criada com água de cacimba, eu fui! E de cisterna, porque aqui em casa tinha cisterna e fechou uns tempo desse aí [...] (Flor, 2020).

A entrevistada acrescenta que a água do açude era usada tanto para beber como em brincadeiras e na irrigação da horta que tinha em sua residência: “[A] aquelas verdura boa, tudo de água boa!” (Flor, 2020).

Margarida, também lavadeira e filha de lavadeira, nascida no mesmo ano e lugar que Flor, relata em entrevista que a água utilizada por sua família desde a década de 1940 até a disponibilização da rede pública com água tratada em sua rua “era água minada, era pra lavar roupa, pra tudo [...] que a gente pegava água sentado nas cacimbas” (Margarida, 2020).

Ao longo de sua existência, o açude (Figuras 3 e 4) se apresentou como marco paisagístico para a população citadina. Segundo o jornalista Bruno Bacelar, em artigo para o jornal *O Sertanejo* publicado em 26 de outubro de 1963, o açude se consolidou como importante bem para o município, como é possível perceber no trecho reproduzido a seguir.

O açude por Sá Barreto construído prestou os maiores e os melhores benefícios aos boiadeiros deste município e dos vizinhos municípios mineiros, além de tornar-se num ponto de passeio, inúmeros anos depois, para as famílias conquistenses, nas tardes domingueiras. O açude tinha muito peixe, muito espaço, era bonito, apreciável, útil e interessante (Bacelar, 1963).

A região do Conquistinha se situava, aproximadamente, a 1 km do núcleo central da cidade, e sua ocupação foi iniciada lentamente, durante a década de 1930. Margarida relata que, quando sua mãe se mudou para lá, no governo de Régis Pacheco – entre 1938 e 1945 –, só havia na região entre três e cinco casas:

Só tinha cinco casas aqui, mais velha, era só mato, um mangueiro aqui na frente, outra mangueira de plantio de café, mudas, né? Fazia mudas de café. E na rua, onde a gente passa, um corredor, matava gado, que eles não ia pro matadouro, matava aí, pra levar pros açougues (Margarida, 2020).

O açude do Aguão ofertou água para a comunidade de lavadeiras durante cerca de trinta anos, e, a partir do momento em que a comunidade do Conquistinha se consolidou e a trama urbana se aproximou da região, as administrações municipais buscaram incorporar esse equipamento à cidade e, mais uma vez, impuseram dificuldades à sobrevivência dessas trabalhadoras.



Figura 3. Açude de Vitória da Conquista (1945)

Fonte: Acervo fotográfico do Museu Regional de Vitória da Conquista.

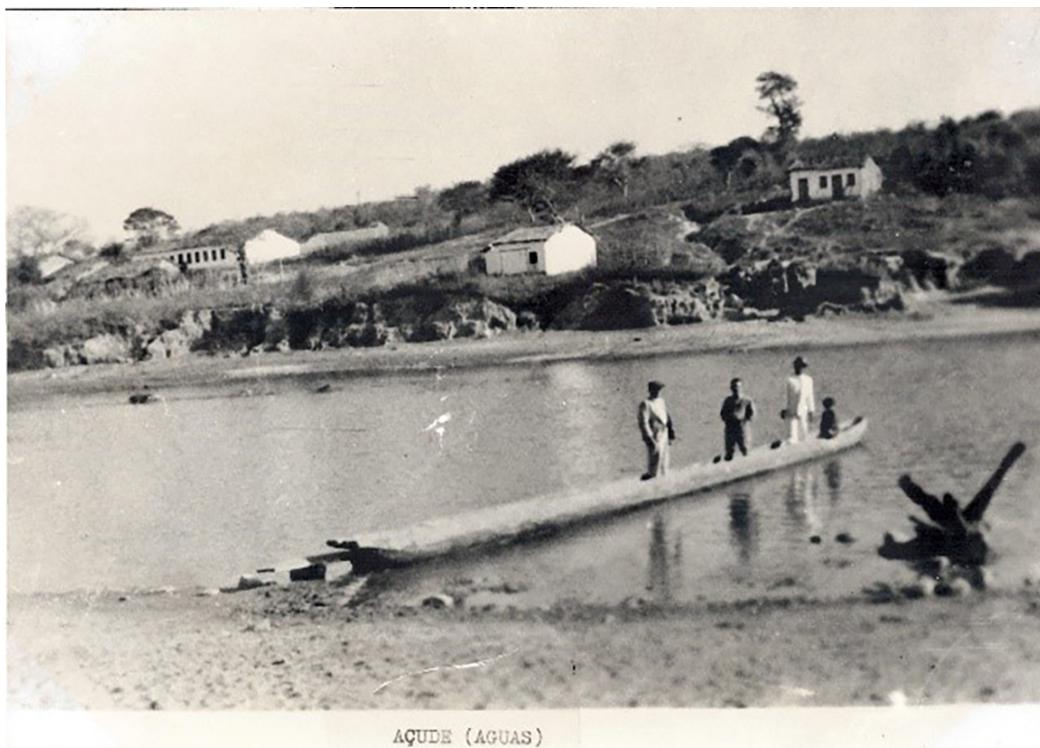


Figura 4. O mesmo açude em período com baixo nível de água e grande desnível na margem

Fonte: Acervo fotográfico do Museu Regional de Vitória da Conquista.

Com a expansão urbana acelerada, e diante do fato de que a cidade não dispunha de sistema de esgotamento sanitário, em 1963 o então prefeito José Fernandes Pedral Sampaio rompeu a barragem do Aguão, drenando suas águas. Essa ação do poder público teve, novamente, a pretensão de implementar uma medida sanitária, ainda influenciada pelo movimento higienista da primeira metade do século XX no Brasil. Por meio do Decreto nº 10 (Vitória da Conquista, 1963), a Prefeitura justifica a medida tendo como base os seguintes pontos:

Considerando que o açude denominado “Aguão” não vem sendo utilizado como fonte de abastecimento da Cidade e que não mais atende a finalidade para a qual foi construído – bebedouro para animais;
Considerando que, atualmente, o referido açude nada mais significa do que um terrível foco de doenças e mosquitos, e que o seu saneamento é praticamente impossível, vez que as águas de todos os esgotos da Cidade para êle confluem;
Considerando, também, a vantagem de ser construído um parque, no qual serão plantadas e criadas árvores tropicais, pois a área verde da Cidade é mínima; [...]
Art. 2º – A Prefeitura promoverá a ocupação dos terrenos situados na área do polígono determinado no artigo 1º do presente Decreto, depois de cumpridas as formalidades legais a fim de na referida área, construir várias obras de interesse público, bem como efetuar o plantio de árvores tropicais (Vitória da Conquista, 1963).

Ao buscar as memórias das lavadeiras sobre o açude, constata-se que existia uma relação muito próxima dessa população com as águas da represa, que serviam para o lazer, o sustento e o consumo, ao contrário do que afirma o decreto. Percebe-se na fala da entrevistada Flor que o rompimento da barragem não foi uma decisão tomada com a participação da população local. Quando ela se refere à drenagem da água do açude no governo de José Pedral, revela que a atitude na verdade foi impositiva: “Mas ele mandou acabar, né? Fazer o quê?” (Flor, 2020).

A construção da memória coletiva vinculada ao espaço de convívio das lavadeiras às margens da represa do Aguão entre as décadas de 1930 e 1960 não foi restrita à comunidade do Conquistinha. Segundo Margarida, o açude também era utilizado por diversas lavadeiras residentes em outros bairros, configurando um imaginário urbano coletivo para essas mulheres:

E muita lavadeira, ficava cheinho de lavadeira, lavando roupa no Alto Maron, desses cantos aí pra cima onde não tinha água à vontade, vinha tudo pra aqui pra lavar roupa. [...] Era tranquilo! Vinha gente do Alto Maron, vinha gente do Guarani, todo mundo lavava roupa aí à vontade, era bom! Bastante moleque aí, tanque de roupa, tudo (Margarida, 2020).

Dessa forma, entende-se que, mais que um elemento essencial para consumo e higiene, era do compartilhamento da água do açude que provinha o sentimento de comunidade. Para Margarida, a lavagem de roupas permeou sua história de vida e a de sua família:

Eu falo que eu não tive infância por isso, minha mãe tinha as quatro filhas mulher e ela não tinha marido e não tinha filho homem. Era cinco mulher dentro de casa. Então a vida dela foi lavar roupa pra sobreviver, entendeu? Aí ela ia trabalhar fora, ficava eu mais minhas irmãs e minha avó. Minha avó ficava pra tomar conta de nós, nós ia e lavava a roupa. Eu comecei a trabalhar com oito anos de idade. Hoje eu tô com setenta e cinco, na luta ainda (Margarida, 2020).

Para os agentes urbanos, as áreas habitadas pela população de baixa renda estão geralmente vinculadas a ambientes insalubres, e as reformas urbanas higienistas sempre objetivaram a segregação espacial dessa população e o tamponamento de todos os cursos d'água nos lugares em que essas comunidades pudessem se instalar dentro da trama urbana. Os rios que passavam por bairros pobres da cidade eram vistos “como fonte de infecções, miasmas e epidemias, além de empecilho ao progresso e civilização” (Gomes, 2018, p. 66).

A cidade de Vitória da Conquista se abasteceu do pequeno curso do rio Verruga até a década de 1970, mediante coleta da água diretamente da nascente do rio ou da abertura de pequenas cisternas e cacimbas. Em 1965, por meio da resolução nº 72/65 foi firmado “convênio com o Departamento de Engenharia Sanitária do Estado da Bahia – DESEB, para executar a exploração do serviço de água e esgoto sanitário do município de Vitória da Conquista” (Vitória da Conquista, 1965). O sistema de abastecimento com água tratada, proveniente de barragem situada no município vizinho de Barra do Choça, teve sua inauguração em 1971 (Viana, 1985). Essa transição na forma de acessar a água aconteceu lentamente, enquanto a rede de distribuição foi sendo ampliada, ao longo das décadas de 1970 e 1980.

2. As implicações da expansão urbana e do descaso ambiental na disponibilidade de água para as lavadeiras

A região do Conquistinha era considerada periférica e pouco valorizada até a década de 1980, quando a ocupação passou a evoluir rapidamente, sobretudo após a liberação, pela prefeitura municipal, do loteamento residencial de alto padrão denominado Caminho do Parque em área adjacente ao Conquistinha, a ser implantado pela construtora Odebrecht.

O parque pretendido pelo decreto de 1963, na área do antigo açude, não foi implantado, e, ainda na década de 1970, iniciaram-se as denúncias sobre a

apropriação, por particulares, do espaço público antes ocupado pela água. De acordo com *O Jornal de Conquista* de 15 de janeiro de 1972, o vereador Waldemar Porto havia denunciado na Câmara Municipal “a invasão do terreno adjacente ao antigo ‘Aguão’”. Ainda segundo a matéria, o vereador relatava que “o terreno, conforme planta, era destinado a um parque zoológico ou mesmo um parque florestal, mas que a área está toda invadida, toda cercada, não sobrando nem um metro ao patrimônio municipal” (Invasão [...], 1972). Na Figura 5, é possível perceber o avanço da ocupação sobre a área do antigo açude, nos últimos 42 anos.

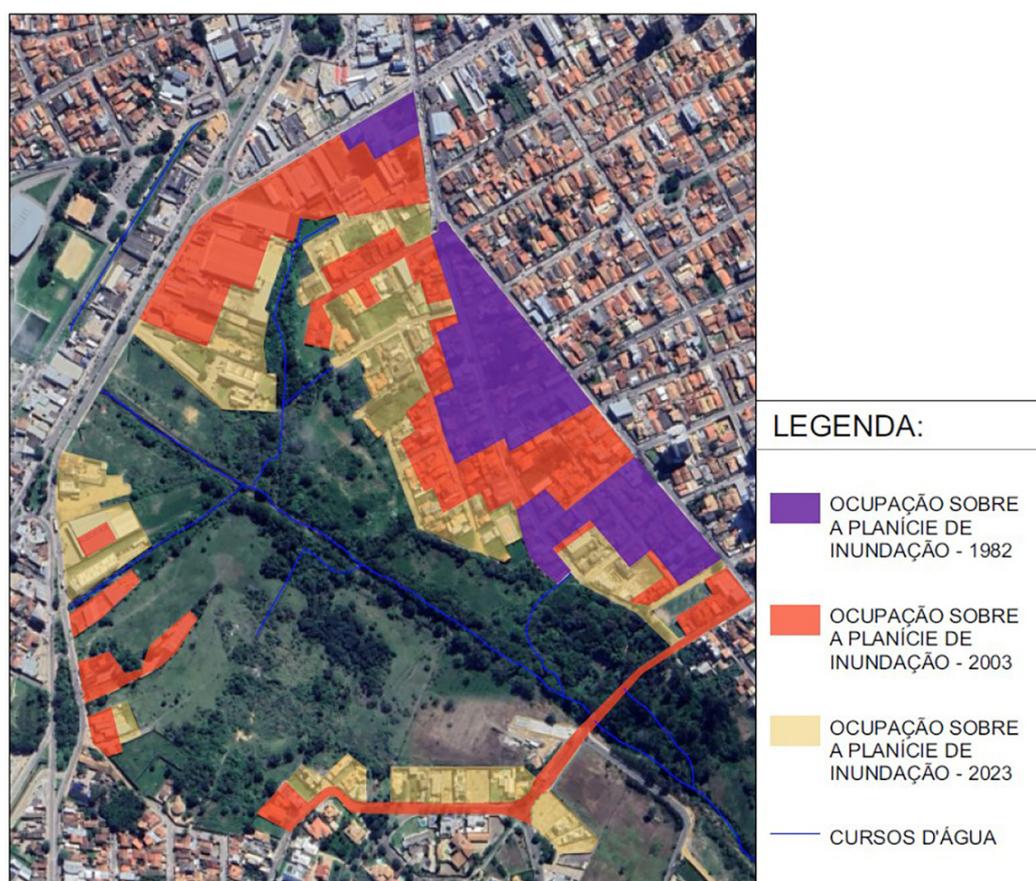


Figura 5. Expansão urbana na região do Conquistinha

Fonte: Elaborado pela autora com base em imagens de satélite (Google, 2024) e plantas cadastrais urbanas (Vitória da Conquista, 1978; 1982; 1992).

Segundo Margarida (2020), esse crescimento na ocupação acarretou uma mudança no perfil dos habitantes da região: “[P]orque diz que aqui é área de rico. Por gosto de muitos, nós pobre não ficava morando aqui, não”. Essa mudança no perfil de ocupação ocorreu, paulatinamente, com a venda dos lotes dos antigos moradores e, também, em decorrência da regularização e da comercialização de

lotes antes pertencentes ao município. Quanto a essa ocupação, Margarida (2020) relata: “O mangueiro que era separado, já era separado da prefeitura. Foi medido, tudo legalizado. Aí a Coeduc [escola particular situada na região do Conquistinha] comprou, aí ninguém pôde ficar lá mais lavando roupa, que eles compraram e não quiseram deixar”.

Porém, após o rompimento do açude, a água parou de minar para as lavadeiras, “até as cacimba que a gente abria secou!” (Flor, 2020), e elas tiveram de buscar novas formas para conseguir água e garantir o sustento das famílias. A lavadeira relata, inclusive, que, de seu ponto de vista, a inexistência do açude afetou os índices pluviométricos da região: “[D]epois que ele cabô com tudo, a chuva aqui demora de vir, que antigamente era chuva direto! Era muita chuva antigamente aqui” (Flor, 2020). A mudança no regime de chuvas pode ter ocorrido por diversos motivos, de escala local e global, mas a relação que foi estabelecida na memória de Flor demonstra o impacto que o rompimento da barragem gerou na oferta de água para aquela comunidade.

A relação afetiva de Flor com a área do antigo açude e sua preocupação com intervenções que podem alterar a conformação natural do terreno fica clara em sua fala. Para ela, a falta do contato direto com a água é uma questão ambiental que afeta o ecossistema natural da região:

[...] você sabia que ia chover na hora que aqueles sapo começava a ber-rar a tudo! Menina! Mas era sapo antigamente! Vixi! Esses sapos ber-rava aí embaixo! [...] Depois que acabou com o açude, acabou tudo e os pobrinho dos sapo ficou sem agasalho... ficaram sem agasalho mesmo! De vez em quando é que aparece uns bitelão... ô gente, os bichinho tá sentindo falta ainda da água que eles vivia aí embaixo. Bebendo e na-dando, e cantando... debaixo daquelas baronesa (Flor, 2020).

Durante as décadas de 1960 e 1970, antes de haver oferta de água tratada nas residências do Conquistinha, algumas lavadeiras conseguiam água em cisternas abertas na própria casa ou na casa de vizinhos, mas o volume era cada vez menor, em razão do crescimento da cidade e das consequentes supressão da vegetação e impermeabilização do solo. A dificuldade em conseguir água provocou diversos transtornos para essa população, conforme relata Margarida:

Porque quando eu não tinha água, minha filha, uma vez foi um su-foco, porque o vizinho – a água do fundo não tava muito boa já mais, do mangueiro, botaram gado dentro, as cacimba era rasiinha, o gado bebia tudo, não tava dando mais pra gente. Pegava água na cisterna do vizinho, na cacimba, aí na frente. Aí o vizinho – eu tava de resguardo, tinha ganhado uma criança – aí meus dois filhos foi pegar água e ele

não deixou. Assim, ao cair da tarde – os meninos sempre iam encher o pote ao cair da tarde – ele não deixou e os meninos chegou chorando, eu falei: o que foi?, “não, o [vizinho] não deixou a gente pegar água”. “Não, não tem nada não, [quando] o papai chegar vai bater não”. Aí quando o [marido] chegou eu falei com ele: olha, o [vizinho] não deixou os menino pegar água, e aí? E agora? Ele falou assim: amanhã cedinho eu vou levantar de madrugada e vou abrir a cacimba onde ele trabalhar. Abriu a cacimba aí na manga, a gente começou a usar a água, o vizinho nosso falou assim: não, pega água lá em casa. A gente foi, pegava. Todo dia a gente ia pegar água, pegava pouca porque a cisterna dava muito pouca água. (Margarida, 2020)

As dificuldades expostas pelas lavadeiras retratam a percepção da escassez para aquela população que precisava de água abundante para a realização da atividade que garantia o seu sustento. Enquanto a água potável se tornava cada vez de mais difícil acesso e motivo para conflitos locais, as águas pluviais, quando vinham, apareciam com força crescente, acarretando danos e medo na população, em função da impermeabilização do solo na área da planície de inundação, causando prejuízos às infraestruturas.

Após décadas enfrentando dificuldades para manter suas atividades, no final do século XX foi disponibilizada a rede de abastecimento com água tratada para as residências do Conquistinha. Porém, para uma população já com grande dificuldade financeira, ter que pagar para ter acesso à água, que algumas décadas antes minava no fundo das casas, não era muito fácil. No caso de Margarida, exigiu o empenho de toda a família:

[...] eu tava na fonte lavando roupa, aí minha mãe chegou e falou assim: ó, minha filha, tem uns homem aí querendo ligar a água, você não quer, não? Eu falei: eu ganho tão pouco, eu não posso não. E aí ela falou assim: ô, minha filha, você bota e quando você não puder pagar eu pago pra você – minha mãe. Aí eu falei com ela: eu vou pensar. Aí ela falou: vambora lá, largue a roupa lá no brejo. Larguei a roupa lá e vim cá, fui ver se o homem tava aí – aqui, porque ela foi me ver depois. O homem tava aí, nós conversou, ajeitou, ele falou que dividia, então eu combinei mais ela – que só tinha água eu e ela, água da Embasa [Empresa Baiana de Águas e Saneamento]. A gente levou cinco anos pagando aquela taxa pra poder não ficar sem a água. (Margarida, 2020)

Atualmente, apesar das dificuldades financeiras e das ameaças de expulsão de sua residência, onde morou por toda a vida, Margarida, ao lembrar dos difíceis anos sem acesso à água, agradece o fornecimento em sua residência pela rede de distribuição da Embasa: “E sempre eu falo pros meus filhos: hoje nós tem um rio correndo dentro de casa e não agradece e tem muitos por aí que busca latinha de

água na cabeça” (Margarida, 2020). A afirmação constante de Margarida sobre a gratidão ao fato de, hoje, ter fácil acesso à água vem da necessidade de fazer os filhos entenderem que a escassez desse elemento natural pode ser imanente.

No final do século XX também foi inaugurada uma lavanderia pública no Conquistinha, que continua em atividade, e ainda é frequentada por muitas lavadeiras, que seguem resistindo, em prol da permanência de sua comunidade.

Considerações finais

A expansão urbana da cidade de Vitória da Conquista, ocorrida na segunda metade do século XX, seguiu ainda as premissas da sociedade industrial, com a mercantilização da natureza e sua deterioração no meio urbano. Ao longo desse processo, as lavadeiras da área urbana do município sofreram perdas relevantes, tanto de caráter econômico como nos aspectos referentes à qualidade de vida. Diante da forma como a cidade tem incorporado a área onde se situa a comunidade de lavadeiras do Conquistinha à dinâmica urbana, existe grande risco de essas mulheres, que ainda permanecem na região, serem paulatinamente expulsas do lugar onde vivem em virtude da valorização do solo e da especulação imobiliária, uma vez que a localidade mudou sua configuração espacial e econômica.

Ao se buscarem as memórias dessas lavadeiras, foi possível constatar que a presença da água em seu local de moradia influenciou significativamente o processo de consolidação das memórias individuais e coletivas daquela comunidade, demonstrando que a antiga prática, a despeito do aspecto saudosista, conseguiu estabelecer uma relação mais harmônica com os cursos d’água urbanos. Em face das características físicas e históricas da região em que Vitória da Conquista se insere, conclui-se que a relação que essas trabalhadoras estabeleceram com a água, desde o início do século XX, se baseou em atenção constante à forma de utilização desse elemento natural perante iminentes restrições de abastecimento, uma vez que dele dependem para desempenhar seu trabalho e garantir os meios de subsistência.

Percebe-se, também, a necessidade das lavadeiras de criar, na atualidade, uma conexão, na memória dos filhos, entre a origem da captação da água em um rio natural e o fornecimento na torneira de suas casas, entendendo ser esse o ponto de partida para um compromisso com uma utilização sustentável desse elemento natural. De forma ampla, a conexão entre a sociedade e os cursos d’água foi perdida como resultado do crescimento indiscriminado da urbe e da ausência de cuidado com o meio ambiente e com as águas urbanas. A solução do abastecimento por rede de distribuição de água proveniente de manancial distante do núcleo urbano acentuou a situação de desprezo em relação ao rio Verruga pela sociedade conquistense, limitando as possibilidades de interação com suas águas.

Hoje é maior a compreensão, em escala global, de que se deve dedicar atenção especial à gestão pública da água, tanto do ponto de vista da preservação de mananciais como de seu correto manejo. Essa gestão passa também pela adoção de políticas públicas voltadas para a conscientização dos processos hídricos naturais, estabelecendo um compromisso por parte dos decisores políticos e da sociedade civil. Dessa forma, torna-se fundamental que a responsabilidade sobre a água seja entendida mais amplamente, por toda a população, uma vez que são os indivíduos que compõem e constroem a vida em sociedade.

Referências

- ACEVES LOZANO, J. E. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006. p. 15-25.
- AGUIAR, D. V. *Descrições práticas da Província da Bahia*: com declaração de todas as distâncias intermediárias das cidades, villas e povoações. Bahia: Typographia do Diário da Bahia, 1888.
- ALBERTI, V. *Ouvir contar*: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- _____. Histórias dentro da História. In: PINSKY, C. B. (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 155-202.
- BACELAR, B. O açude e a sua destruição. *O Sertanejo*, Vitória da Conquista, ano II, n. 55, 26 out. 1963.
- BAHIA. Secretaria do Meio Ambiente. *Zoneamento Ecológico-Econômico Preliminar – Zona 13*: Planalto de Vitória da Conquista. Bahia: Governo do Estado da Bahia, 2013. Disponível em: <http://www.zee.ba.gov.br/wp-content/uploads/2013/10/zonapdf2014/Zona13.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2024.
- CONCEIÇÃO, R. S. Crise hídrica em Vitória da Conquista-BA: Subsídios às políticas públicas para o abastecimento de água. *Revista de Geociências do Nordeste – REGNE*, v. 4, n. esp. p. 58-70, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/revistadoregne/article/view/13237/9467>. Acesso em: 27 abr. 2024.
- CONDER. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. *Carta Planimétrica Vetorial da Sede Municipal de Vitória da Conquista*. Salvador: Produr-CAR, 2000.
- EMBASA. Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. Vitória da Conquista é a cidade mais bem saneada do Nordeste. Salvador: Embasa, 21 mar 2024. Disponível em: <https://www.https://www.embasa.ba.gov.br/w/vitoria-da-conquista-e-a-cidade-mais-bem-saneada-do-nordeste>. Acesso em: 27 abr. 2024.
- GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. Tradução: Raul Fiker. São Paulo: Editora da Unesp, 1991.

- GOMES, R. A. Lavadeiras no processo de modernização de Florianópolis. *Revista Santa Catarina em História*, v. 12, n. 1-2, p. 59-69, 2018. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/sceh/issue/view/166>. Acesso em: 27 abr. 2024.
- GONÇALVES, C. W. P. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 2023.
- GOOGLE. Google Earth Pro. Versão 7.3.6. Imagens de satélite de Vitória da Conquista, Brasil, em três períodos históricos. Imagem 1: Landsat/Copernicus (1985). Imagem 2: Maxar Technologies (2003). Imagem 3: Airbus (2023). Coordenadas: 14°51'50"S, 40°50'25"W. Disponível em: <https://earth.google.com/web/>. Acesso em: 9 fev. 2024.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Tradução: Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- HERZOG, C. P. *Cidades para todos: (re)aprendendo a conviver com a natureza*. Rio de Janeiro: Mauad X: Inverde, 2013.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Regiões de influência das cidades: 2018*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101728.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2024.
- _____. *População residente* [2022]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/vitoria-da-conquista.html>. Acesso em: 27 abr. 2024.
- INVASÃO no terreno do município. *O Jornal de Conquista*, Vitória da Conquista, n. 505, 15 jan. 1972.
- MENEZES, D. L. *A Conquista dos coronéis*. Vitória da Conquista: Gráfica Eureka, 2010.
- PESAVENTO, S. J. História, memória e centralidade urbana. *Revista Mosaico*, v. 1, n. 1, p. 3-12, jan./jun., 2008.
- RICOEUR, P. Architecture et narrativité. *Études Ricoeuriennes / Ricoeur Studies*, v. 7, n. 2, p. 20-30, 2016. DOI: <https://doi.org/10.5195/errs.2016.377>.
- ROCHA, E. C. *As fontes dos vestígios: memória e fotografia nas transformações urbanas na cidade de Conquista entre 1920 e 1940*. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2011.
- RODIN, P. Interseccionalidade em uma zona de sacrifício do capital: a experiência de mulheres negras, quilombolas e marisqueiras da Ilha de Maré, Baía de Todos os Santos (Bahia, Brasil). *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 23, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202133pt>.
- SOUSA, M. A. S. *A Conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia*. Vitória da Conquista: UESB, 2001.
- TANAJURA, M. *História de Conquista: crônica de uma cidade*. Vitória da Conquista: Brasil Artes Gráficas, 1992.
- TORRES, T. L. *O município da Vitória*. Vitória da Conquista: UESB, 1996.
- UNITED NATIONS. *The United Nations World Water Development Report 2023: Partnerships and Cooperation for Water*. Paris: Unesco, 2023.

- VIANA, A. L. *Revista Histórica de Conquista*. Volume 1. Vitória da Conquista: O Jornal de Conquista, 1982.
- _____. *Revista Histórica de Conquista*. Volume 2. Vitória da Conquista: O Jornal de Conquista, 1985.
- VITÓRIA DA CONQUISTA. Pecuária, principal riqueza do progressista Município baiano – Também importantes a produção agrícola e a indústria extrativa mineral. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 00153, 2 jul. 1949.
- _____. Decreto nº 10, de 2 de agosto de 1963. Considera de utilidade pública, para efeito de desapropriação, os bens que especifica. Vitória da Conquista, 1963.
- _____. Resolução nº 72/65. *Diário Oficial dos Municípios*: Salvador, 1965.
- _____. Planta da cidade. Escala 1:5.000. Vitória da Conquista: Prefeitura Municipal, jan. 1978.
- _____. Bacia do Jurema: Delimitação. Escala 1:10.000. Vitória da Conquista: Hydros engenharia e planejamento, mar. 1982.
- _____. Plano de arruamento. Escala 1:10.000. Fonte: Levantamento aerofotogramétrico. Vitória da Conquista: Prefeitura Municipal, dez. 1992.
- _____. *Plano Estratégico Vitória da Conquista 2020*. Etapa I – Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano e Agência Reguladora Municipal, Produto 9 Tomo II – Relatório do Diagnóstico Integrado e Cenários do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. Salvador: Fundação Escola Politécnica da Bahia, ago. 2019a. Disponível em: <https://www.pmvc.ba.gov.br/pddu/>. Acesso em: 27 abr. 2024.
- _____. *Plano Municipal de Saneamento Básico*. Relatório 04, Produto 3. São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, dez. 2019b. Disponível em: <https://www.pmvc.ba.gov.br/plano-municipal-de-saneamento-basico/>. Acesso em: 27 abr. 2024.
- WIED-NEUWIED, P. M. *Viagem ao Brasil*. Tradução: Edgar Sússekind de Mendonça e Flávio Poppe de Figueiredo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

Fontes orais

- FLOR. Entrevista cedida a Luisa Prazeres Vasconcelos. Vitória da Conquista, 13 ago. 2020. 32 min.
- MARGARIDA. Entrevista cedida à Luisa Prazeres Vasconcelos. Vitória da Conquista, 3 dez. 2020. 29 min.

Luisa Prazeres Vasconcelos

Arquiteta e urbanista pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 2008. Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), em 2021. Doutoranda integrante do projeto de pesquisa Memória, Cidade e Cultura no Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da UESB.

Email: 2021a0068@uesb.edu.br

ORCID: 0000-0001-9792-774X

Contribuição de autoria: Curadoria de Dados; Análise Formal; Investigação/ Pesquisa; Escrita – Primeira Redação; Escrita – Revisão e Edição.

Felipe Eduardo Ferreira Marta

Pós-doutor pela Virginia Polytechnic Institute and State University (Virginia Tech/USA). Doutor em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Docente no Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e docente na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

Email: fefmarta@uesc.br

ORCID: 0000-0002-0501-4298

Contribuição de autoria: Contribuição; Conceituação; Metodologia; Supervisão/ Orientação.

Submissão: 28 de abril de 2024.

Aprovação: 14 de novembro de 2024.

Editores: Maria Encarnação Beltrão Sposito e Everaldo Santos Melazzo.

Como citar: VASCONCELOS, L. P.; MARTA, F. E. F. Rios que lavam memórias: as lavadeiras de Vitória da Conquista no processo de expansão urbana. *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*. V. 27, E202521pt, 2025. DOI: <http://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202521pt>.

Artigo licenciado sob Licença Creative Commons CC BY 4.0.
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR